

Museologia social e comunitária na Paraíba: memoriação, lutas e resistências

Atila Bezerra Tolentino

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Economia, com atuação na Procuradoria Federal na Paraíba - Advocacia Geral da União, Brasil.

E-mail: atilatoletino@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta casos e iniciativas de museus comunitários paraibanos, delineando as suas especificidades e como que a configuração de memórias coletivas de grupos sociais historicamente subalternizados está atrelada às suas lutas, demandas e resistências. Para tanto, parte-se de uma breve ambientação do debate em torno da museologia social e em que consiste um museu comunitário. Em seguida, são descritas as experiências do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, do Museu Quilombola do Ipiranga, do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Defende-se que esses são casos exemplares de museologia comunitária no Estado da Paraíba, tendo em vista que seus processos de musealização estão fortemente atrelados às lutas e às demandas sociais, bem como à preservação da memória de grupos e comunidades historicamente subalternizados e invisibilizados nos mecanismos institucionais de uma memória oficial. A partir do pensamento da psicóloga social Ecléa Bosi, compreende-se que os museus comunitários paraibanos atuam com a “memoriação”, levando em conta a junção das palavras memória + ação, no sentido de que a memória é trabalho, portanto, ela é ativa, age e interfere nos processos de representações a todo momento no presente, aí incluídas as lutas e anseios dos diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: Museu comunitário; Museologia social; Memória.

1 INTRODUÇÃO

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

(Ecléa Bosi, em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*)

Os ares de uma museologia social e comunitária têm se reverberado em diferentes países, sobretudo nas duas últimas décadas e especialmente na América Latina. As experiências se materializam em diferentes acepções, como ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus quilombolas, museus indígenas, pontos de memória, museus de território, museus de favelas, processos museais, entre várias outras estéticas criativas e potentes de se trabalhar com a memória coletiva de grupos historicamente periféricos e marginalizados.

Vários fatores contribuíram para que esse cenário se configurasse no campo dos museus, a exemplo dos novos pensamentos que permearam os anseios sociais após a 2ª Guerra Mundial, as ideias revolucionárias inerentes à década de 1960 e, delas decorrentes, importantes eventos internacionais no campo da museologia que buscaram refletir a função social dos museus e seu papel junto às comunidades onde atuam. A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), o I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia em Quebec (1984) e a XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia no Rio de Janeiro (2013), só para citar alguns, exemplificam como novos debates e novos olhares passaram a ter protagonismo nas preocupações em torno do campo dos museus e da museologia.

Uma das consequências desses novos ares é que foi colocado em xeque o próprio fazer museal, enquanto prática, e a museologia, enquanto disciplina ou pensamento. Em outras palavras, passou-se a questionar o papel da instituição museal cuja prática se foca exclusivamente na preservação do objeto e numa narrativa de memórias coletivas do “outro”, muitas vezes supostamente homogêneas. Na defesa de uma nova perspectiva, o que importa são as pessoas a quem museu serve e com quem trabalha, a partir da configuração democrática e participativa de suas memórias coletivas, que leva em consideração os seus anseios e os problemas sociais por que passam, como também as disputas em torno dos processos de musealização. E, ao se questionar o fazer museológico que simplesmente reproduz um determinado *status quo*, a museologia enquanto disciplina também é afetada. Esta deixa de ser meramente técnica e aplicada, passando a abarcar, de forma interdisciplinar sobretudo com as Ciências Sociais, questões sociais, políticas, filosóficas e estéticas decorrentes das relações construídas, entre os sujeitos, os objetos e o meio ambiente nos processos de musealização.

No Brasil, uma outra consequência merece destaque, que certamente tem influenciado a criação e significação das experiências de museologia social e comunitária em nosso país. A Política Nacional de Museus – PNM, concebida de forma democrática no ano de 2003, com a participação ativa de diferentes atores do campo, absorveu e transformou em agenda política as demandas e anseios dos defensores da museologia social. De início, isso já está presente no próprio texto da PNM (BRASIL, 2003), ao explicitar, em seus princípios orientadores, o estímulo às comunidades de participarem dos processos de patrimonialização, bem como à participação de museus comunitários e congêneres nas ações de preservação do patrimônio cultural decorrente dessa política nacional. Na prática, os anseios da museologia social se revestiram em ações e se institucionalizam em programas, a exemplo da formulação

do programa Pontos de Memória¹ e da criação Coordenação de Museologia Social e Educação na estrutura do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, que estimularam e apoiaram iniciativas de museologia comunitária nas diferentes regiões do país.

No Estado da Paraíba, as experiências de museologia social e comunitária têm as suas dinâmicas próprias, mas certamente também são reflexos dos acontecimentos na área em nível nacional. Portanto, este artigo pretende apresentar casos e iniciativas de museus comunitários paraibanos, delineando as suas especificidades e como que a configuração de memórias coletivas de grupos sociais historicamente subalternizados está atrelada às suas lutas, demandas e resistências. É nesse sentido que retomo as palavras de Ecléa Bosi em epígrafe para refletir sobre a força subjetiva da memória, “ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1994, p. 46). Como psicóloga social, Bosi nos ensina que a memória é trabalho, ou seja, ela é dinâmica, significada e ressignificada constantemente. A partir dessa ideia, considero os trabalhos dos museus comunitários paraibanos com sua memóriação, ou seja, levando em conta a junção das palavras memória + ação, no sentido de que a memória é trabalho, como nos diz Bosi. Portanto, ela é ativa, age e interfere nos processos de representações a todo momento no presente, aí incluídas as lutas e anseios dos diferentes grupos sociais.

Para tanto, inicialmente faço uma breve ambientação do debate em torno da museologia social e em que consiste um museu comunitário. Em seguida, apresento as experiências do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, do Museu Quilombola do Ipiranga, do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Considero-os casos exemplares de museologia comunitária no Estado da Paraíba, tendo em vista que seus processos de musealização estão fortemente atrelados às suas lutas e às demandas sociais, bem como à preservação da memória de grupos e comunidades historicamente subalternizados e invisibilizados nos mecanismos institucionais de uma memória oficial. Por fim, traço considerações sobre as especificidades e similitudes dessas experiências e o que, de uma certa forma, caracteriza uma certa museologia social e comunitária na Paraíba.

2 MUSEOLOGIA SOCIAL E MUSEUS COMUNITÁRIOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Não é o foco deste artigo aprofundar a discussão em torno do que consiste a museologia social e o que configura um museu comunitário, mas apenas ambientar o leitor no debate desses temas com vistas a justificar a escolha das experiências museológicas na Paraíba que serão aqui apresentadas. Não obstante, as referências a serem indicadas podem servir como caminhos a serem trilhados por aqueles

¹ Conforme o portal do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram (www.museus.gov.br), o Programa Pontos de Memória tem como finalidade atender e apoiar diferentes grupos sociais e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, protagonizadas e desenvolvidas por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, historicamente aliados dos processos de patrimonialização e musealização da memória nacional. Para conhecer e aprofundar o debate sobre esse tema, recomendo a tese de doutoramento de Marcele Pereira (2018), defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

interessados em adentrar nas questões que envolvem a museologia social e outras categorias a ela correlatas.

O debate relacionado à museologia social já é bastante profícuo e tem se intensificado cada vez mais por diferentes autoras e autores, sob diversas perspectivas. Há aqueles que claramente defendem a potencialidade da museologia social, ancorada sobretudo em museus de base comunitária e no Movimento Internacional para uma Nova Museologia - Minom, que desconcertou um determinado fazer e o pensamento museal ortodoxo, eurocentrado e orientado exclusivamente para as coleções, em detrimento dos sujeitos e de seu desenvolvimento sociocultural (CHAGAS, GOVEIA, 2014; DE CARLI, 2003; MOUTINHO, 1993, 2014; PRIMO, 1999; VARRINE, 2010, 2014). Há outros, por sua vez, que questionam a delimitação de uma museologia social sob o argumento de que todo museu necessariamente se fundamenta numa proposta social (SCHEINER, 2012) ou de que muitos museus e a chamada Nova Museologia advogam os preceitos de uma museologia social, com discursos progressistas, mas com práticas despolitizadas e homogeneizantes (LIMA, 2014). Portanto, as disputas e tensões dentro do pensamento museológico existem e são importantes, mas demonstram como foi necessário sacudir e contestar os fundamentos tanto da *práxis* museológica como da museologia enquanto disciplina, de modo a desvencilhá-los de modelos colonizantes e colonizadores, encarando a tarefa de “escovar a museologia a contrapelo” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 17).

Cabe explicar que o Movimento Internacional para uma Nova Museologia – Minom tem suas bases em importantes encontros internacionais que tiveram como pauta o repensar do fazer museológico e o papel social dos museus junto às comunidades. A museóloga Georgina DeCarli (2003) esclarece que foi fundamental para o Minom, primeiramente, a IX Conferência Internacional do Conselho Internacional de Museus (Icom, sigla em inglês), realizada na França em 1971, quando foi gestado o conceito de “ecomuseu”. Mas é sobretudo na mítica Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, em que teve seu maior suporte. Nessa mesa, realizada na América Latina, com a organização e participação de profissionais do nosso continente com vistas a olhar para o campo com lentes locais, delineou-se a ideia de “museu integral”, ou seja, uma instituição voltada para as condições econômicas, culturais, sociais e políticas da sociedade, de quem é parte inalienável, com o papel de participar da formação da consciência das comunidades a que serve.

Oficialmente, o Minom foi criado em 1984, durante o I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia, em Quebec, quando foram retomados os preceitos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. No I Atelier foram publicados os princípios básicos de uma Nova Museologia, dispondo, entre outras coisas, que

a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos do futuro (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1999, p. 223).

O Minom seguiu quebrando barreiras, abrindo portas e construindo pontes. Desde sua fundação oficial, em 1984, vários outros encontros foram realizados. Nesse debate, apenas para citar um de seus importantes encontros, cabe trazer, a respeito da concepção de museologia social, o que Chagas et al. (2014) refletem sobre a Declaração do Movimento para uma Nova Museologia - Minom Rio 2013, documento resultante da XV Conferência Internacional do Minom, realizada em agosto de 2013, no Rio de Janeiro. Os autores demonstram que essa declaração reforça os pressupostos de empoderamento dos diferentes seres e agentes portadores de memória, indicando a necessidade de “quebrar hierarquias de poder, a fim de que surjam novos protagonistas de suas próprias memórias” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 432). Esse documento reconhece que a “Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independente de sua tipologia” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 435). Reflete também os ideais do pensamento de Paulo Freire, ao defender “a valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana” (CHAGAS *et al.*, 2014, p. 436). Registre-se que hoje se discute a proposta para a criação de um Comitê Internacional da Museologia Social no quadro do Icom, em função do entendimento de que os museus de base comunitária não têm, ainda, a devida representação dentro desse grande fórum.

De maneira explícita e como uma forma de sintetizar especificamente em que consiste um museu comunitário (e suas diferentes acepções e denominações), é preciso considerar o termo “ecomuseu”, cunhado por Hugues de Varine e Georges-Henri Rivière na década de 1970, a partir de seus trabalhos com museologia comunitária na França, na cidade de Le Creusot (SOTO, 2014). O termo “ecomuseu” sofreu alterações em sua conceituação ao longo do tempo e a ele se atrelaram tantos outros adjetivos, como os já citados museus de vizinhança, de território, quilombolas, de favelas e, entre tantos, os museus comunitários. Para tanto, reporto-me aos dizeres do museólogo Bruno Brulon, hoje uma das grandes referências no pensamento museal brasileiro em torno da museologia social, sobre o que se entende por “ecomuseu” e, por extensão, um museu comunitário:

Como um novo conceito de museu, maleável, evolutivo por definição, e baseado em um modo de organização original no qual os poderes locais e os organismos de Estado são associados, o ecomuseu é previsto como um meio pelo qual as populações podem se tornar, elas mesmas, objetos de sua investigação – ele é, portanto, um instrumento de autoconhecimento, no qual uma *performance* do grupo produz conhecimento sobre o próprio grupo (BRULON, 2014, p. 31).

Nesse debate, é também importante levar em conta o que nos ensinam Teresa Morales Lersch e Cuauhtémoc Camarena Ocampo:

No museu comunitário as pessoas inventam uma forma de contar suas histórias e dessa maneira participam, definindo sua própria identidade em vez de consumir identidades impostas. Criam novo conhecimento em vez de amoldar-se a uma visão central, à interpretação dominante da história nacional que sempre os exclui e

os esquece ou manipula os registros. Lutam contra uma longa história de desvalorização, ao valorizar suas histórias e os feitos cotidianos da vida comunitária. Assim, se apropriam de uma instituição criada para a elite para afirmar-se e legitimar seus próprios valores (LERSCH; OCAMPO, 2004, p. 3)

É nesse aspecto de luta dos museus comunitários, ou seja, da memoriação como venho chamando, que quero apresentar e analisar as experiências de museologia comunitária e social na Paraíba. Essa memoriação também se apresenta na apropriação, em primeira pessoa, do patrimônio e da legitimação dos seus próprios valores pelas comunidades. Vejamos como as memórias e as referências culturais de grupos sociais alheios a um poder econômico e político hegemônico são conformadas em seus museus, de modo a manejar o patrimônio sob uma outra forma de poder, calcada nas suas lutas e resistências.

3 MUSEU COMUNITÁRIO VIVO OLHO DO TEMPO – ESPAÇO QUE SUSCITA SONHOS²

O Vale do Gramame é uma região localizada no litoral sul paraibano, banhada por diversos rios, constituindo uma importante bacia hidrográfica no estado da Paraíba. É composto por áreas de zonas rurais e urbanas, entre os municípios de João Pessoa e Conde. O rio Gramame é o divisor entre os municípios e a sua ligação é dada pela Ponte dos Arcos, uma importante referência da cultura material local. A população ainda depende da agricultura e pesca, setores que têm sido fortemente afetados por conta da instalação do polo industrial na região iniciado ainda na década de 1960, o que representa um foco de ocupação profissional para a população local atualmente, mas que também ocasionou mudanças no seu estilo de vida.

É nessa região onde está situada a Escola Viva Olho do Tempo – Evot. Criada como uma instituição social sem fins lucrativos, desenvolve projetos e atividades na área da educação não formal, cultura e meio ambiente, por meio de ações compartilhadas com a comunidade local e promovendo a convivência entre gerações. O que se busca é a valorização das culturas e identidades locais e a defesa da preservação do meio ambiente. Para tanto, atua com aproximadamente 120 crianças e jovens no contraturno escolar, bem como com suas famílias, oferecendo cursos e promovendo ações na área cultural, educação patrimonial e ambiental, memória, informática, leitura, dança, música, esporte, entre outras. Nas palavras da mestra Doci dos Anjos, fundadora e organizadora dessa instituição, trabalhar com os sonhos dessas crianças e jovens é a principal perspectiva da Evot. Uma das suas principais lutas reside na preservação do meio ambiente e na revitalização da bacia do Rio Gramame, extremamente degradada por conta da instalação de diversas fábricas e indústrias ao longo do seu leito.

² O trabalho com a memória social do Vale do Gramame/PB, desenvolvido pelo Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, a partir do olhar dos mestres e mestras de cultura popular locais, foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado, transformada em livro, intitulada *Espaços que suscitam sonhos: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo* (TOLENTINO; FRANCH, 2017). A breve apresentação desse museu, aqui descrita, baseia-se nessa pesquisa.

No campo da memória, uma das suas ações foi a criação do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. Essa iniciativa se deu em 2010, com a exposição de objetos do cotidiano da comunidade, relacionados à pesca e ao trabalho rural, recolhidos de forma participativa. Sua exposição foi reconfigurada em 2013, montando-se um novo circuito expositivo intitulado “Vale do Gramame: memórias e vivências”, em que se buscou mostrar as referências culturais da região e os problemas causados pela poluição do rio Gramame, a partir do olhar de mestres e mestras de cultura popular locais.

Imagem 01- Painel expositivo apresentado os mestres e suas referências culturais



Fonte: Foto do autor (2014)

Desta forma, no novo circuito expositivo, esses mestres tiveram um papel de destaque. Uma parede foi destinada para homenageá-los (imagem 1). Para cada um deles foram confeccionados três painéis. Na parte de cima, há uma imagem do próprio mestre. No meio, em breves palavras, há uma apresentação e um trecho da fala de cada um deles, colhida durante as conversas para a preparação da exposição. E abaixo há imagens do seu saber fazer ou da manifestação cultural que promovem.

Poderíamos afirmar que o rio Gramame é o grande personagem na exposição. De forma leve e fluida, como as águas do rio, o circuito expositivo segue seu curso e mostra ao público tanto as belezas como os problemas sociais do Vale do Gramame. Um barco, centralizado em uma das salas da exposição, traz em seu interior apetrechos e instrumentos de pesca (tarrafa, samburá, cova, ratoeira, remos, candeeiro, balaios, etc), remetendo ao universo ribeirinho local (Imagem 2).

Imagem 02 - Sala expositiva com a canoa ao centro, carregada de apetrechos de pesca



Fonte: Foto de Thiago Nozi (2015), acervo Evot

Nota: Na foto, a educadora social da Evot Penhinha Teixeira recebe grupo de alunos.

Como é comum nos barcos construídos pelos mestres barqueiros, ele traz uma frase escrita em sua lateral. Nesse barco, a frase instiga o visitante a refletir sobre um problema social peculiar a muitas comunidades ribeirinhas e extremamente atual para os moradores do Vale do Gramame e que impacta diretamente no modo de vida das pessoas e na sua paisagem cultural: “O Velho Gramame quer viver em águas limpas”. O rio é assim personificado; ele é o Velho Gramame que resiste, persiste e deseja viver. Essa é uma grande luta da Evot e do seu museu, que, por meio da politização das memórias coletivas do Vale do Gramame, mobiliza a população local e outros atores sociais, encabeçando a campanha pela revitalização da bacia hidrográfica da região.

A destruição do rio equivale à perda de um símbolo. O rio, para qualquer comunidade que vive às suas margens, configura-se como um signo, carregado de significados. E, para o Vale do Gramame, não é diferente. Essa paisagem cultural, banhada pelas águas dos seus rios, comporta as suas memórias e identidades. Seja o rio de outrora, vivo e com suas águas cristalinas, ou rio de hoje, doente, mas digno de luta e persistência.

A visitação ao museu não fica restrita à exposição instalada nas dependências da escola. Na verdade, o museu extrapola os seus muros. Ela se dá também nas vivências nos “quintais” dos mestres e mestras de cultura popular, onde visitantes são recebidos e podem conhecer as riquezas culturais locais (Imagem 03). São estratégias de turismo de base comunitária. E, também nesse sentido, uma das ações mais recentes desenvolvidas pela Evot é a promoção de trilhas ecológicas e passeios de bicicleta pela região.

Imagem 03: Vivência no quintal dos mestres cirandeiros João da Penha e Cícera



Fonte: Foto de Thiago Nozi (2019), acervo Evot

4 MUSEU QUILOMBOLA DO IPIRANGA – SÍMBOLO E FORÇA DE UMA CASA

A comunidade quilombola do Ipiranga, também localizada nas imediações do Vale do Gramame/PB, está situada entre duas áreas de assentamento e um quilombo (Assentamento de Barra de Gramame, Quilombo de Gurugi I e Assentamento de Gurugi II), no município do Conde/PB. Ela obteve o reconhecimento como remanescente de quilombolas, pela Fundação Cultural Palmares, em 2006, vivendo ali aproximadamente 127 famílias (COSTA, 2021). Uma das principais lideranças locais é a mestra Ana Lucia do Nascimento, articuladora cultural, que, seguindo os passos de sua mãe Lenita, busca preservar as manifestações dessa comunidade quilombola, promovendo, entre outras atividades, a já conhecida festa do coco de roda, que era costumeiramente realizada, antes da pandemia de Covid-19, no último sábado de cada mês. A festa continua acontecendo, porém, no momento, de modo mais restrito por conta da necessidade de controle sanitário.

A comunidade participou do Projeto de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, do Ministério da Saúde, que tem como uma de suas ações a substituição de casas construídas em taipa por casas de alvenaria. Em conversa com mestra Ana Lucia, ela explicou que a casa onde viveram sua mãe e avó foi mantida em sua forma original, de modo a utilizar a edificação para a implantação do Museu Quilombola do Ipiranga (Imagem 4). A intenção com essa iniciativa foi de preservar a memória da moradia tradicional local e montar uma exposição, de forma colaborativa, sobre as referências culturais locais.

Imagem 04: Museu Quilombola do Ipiranga



Fonte: Foto de Penhinha Teixeira (2014)

O museu está em funcionamento desde abril de 2013 e, como explica Robson Xavier da Costa, ele se tornou um “símbolo da salvaguarda do patrimônio material e imaterial dessa comunidade, apontando para a continuidade das tradições e sua renovação pelas novas gerações” (COSTA, 2021, p. 335). Em continuidade, assim descreve a disposição do museu e o acervo lá exposto:

Na entrada da casa sede do museu encontramos símbolos da religiosidade da comunidade, imagens de santos católicos em um oratório, como também de orixás que simbolicamente estão expostos no chão de terra batida (...), além de: bonecas de pano, feitas pelas escravizadas que trabalhavam na cozinha das casas grandes, com retalhos de tecidos das roupas das senhoras de engenho, para diversão das crianças das casas de fazenda. Potes de barro para acondicionar água da fonte, xilogravuras nas paredes. Um pilão de madeira com mais de duzentos anos. Uma cama de vara sem pés, fixada na parede, lamparinas à querosene, um fogão a lenha de barro, um jirau de panela, instrumentos de pesca, como a perereca e o jererê, potes de barro com tampa de madeira e copos de alumínio, etc. (COSTA, 2021, p. 336).

Imagem 05: Parte interior (cozinha) do Museu Quilombola do Gurugi



Fonte: Foto de Penhinha Teixeira (2014)

Importa reconhecer que o Museu Quilombola do Ipiranga extrapola, inclusive, a ideia clássica de um museu casa, que se centra na personalidade vivida em determinada edificação e no acervo por ela deixada. Para além dos objetos ali expostos, aqui o mais importante é a própria edificação em si, que se manteve para se preservar a memória de uma técnica construtiva peculiar do Nordeste brasileiro e como uma referência simbólica para os modos de moradia e de vida daquela comunidade.

Por meio de um trabalho social, os visitantes são recebidos por crianças e jovens da comunidade, que são responsáveis pela mediação com o público, mas também pela manutenção e cuidado com o espaço (imagem 6). Trata-se de um trabalho educativo aliado à valorização das referências culturais, identidades e memórias coletivas dessa região. Elas também participam das demais atividades culturais promovidas na comunidade, como o Coco de Roda Novo Quilombo (Imagem 7). Fundado por Ana Lucia Nascimento e sua mãe Lenita há mais de 30 anos, esse coco foi recentemente reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Estado da Paraíba, por meio da Lei nº 12.202/2021.

Imagem 06: jovens da comunidade recebendo visitantes no Museu



Fonte: Foto de Penhinha Teixeira (2014)

Imagem 07: apresentação infantil do Coco de Roda Novo Quilombo



Fonte: Foto de Penhinha Teixeira (2014)

5 MUSEU DO PATRIMÔNIO VIVO DA GRANDE JOÃO PESSOA – AS PESSOAS COMO PATRIMÔNIO

Outra experiência surgida no contexto da museologia comunitária na Paraíba é o caso do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa, desenvolvido pela ONG Coletivo Jaraguá desde 2012, na região metropolitana da capital. Esse museu, que não possui uma estrutura física nem está delimitado entre quatro paredes, atua com determinadas comunidades na grande João Pessoa, muitas vezes consideradas como áreas de risco e de vulnerabilidade social, mas sobretudo historicamente estigmatizadas. Sua atuação, inclusive, foi nacionalmente reconhecida com a obtenção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 2013, concedido pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan a ações que se destacam no âmbito da preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Seu foco é a valorização e registro das referências culturais imateriais e dos mestres e mestras representativos dessas referências, numa atuação conjunta com jovens que residem nos bairros e comunidades onde o trabalho é desenvolvido. De forma bastante detalhada, Moysés Siqueira Neto e Laetitia Jourdan (2015) explicam que o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa atua com a formação de jovens agentes culturais comunitários e que um de seus objetivos é a construção de um espaço de formação, debate, troca e melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades participantes. O trabalho com esses jovens, na condição de agentes culturais comunitários, permite que eles sejam os responsáveis pelos inventários dos bens e manifestações culturais identificados nas localidades onde vivem.

Imagem 08: Registro do Cavalo Marinho infantil do Bairro dos Novais. Acervo do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa



Fonte: <https://www.museudopatrimoniiovivo.com/>.

Com clara visão a respeito da força política e da função social de que estão investidas as instituições museológicas, o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa volta-se para a democratização dos processos de patrimonialização e se demonstra como uma ferramenta de mobilização social de grupos marginalizados por meio de uma história recorrente de exclusão na capital paraibana. Além disso, é importante apontar a sua direção quanto aos preceitos da museologia social:

Sendo uma construção conjunta com organizações e agentes culturais das comunidades, o projeto entra em consonância com os princípios da museologia dita social e comunitária. Em ambos o museu não tem mais como principal objetivo conservar e exibir objetos a um público, mas passa a ser uma instituição dirigida a sujeitos sociais, onde a conservação só adquire sentido através de uma inserção no desenvolvimento econômico e social (SIQUEIRA NETO; JOURDAN, 2015, p. 14).

O museu mantém uma página na internet (<https://www.museudopatrimoniovivo.com/>), onde podem ser acessadas informações e imagens das atividades desenvolvidas nos diferentes bairros, inclusive dos bens inventariados nessas localidades. Os bairros e locais em que já houve atuação foram Alto do Mateus, Cabedelo, Gurugi, Paratibe, Lucena, Mandacaru, Penha, Roger, Rangel, Santa Rita, Porto do Capim e Bairro dos Novais.

Imagem 09: Portal do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa



Fonte: <https://www.museudopatrimoniovivo.com/>.

Em sua proposta museológica constante do portal, é esclarecido que o museu “tem seu acervo composto por pessoas, lugares, narrativas, calendários festivos e expressões culturais de um modo geral”. Não se limita a um espaço físico, mas a diferentes “espaços representativos das atividades culturais, podendo ser a casa dos mestres e dos atores culturais das comunidades, além dos lugares de trabalho, das festas, das celebrações e das brincadeiras populares.”

Imagem 10: Família de moradores da comunidade visitando a exposição itinerante realizada no Bairro do Roger (2015)



Fonte: Acervo do museu

A memória como ação, atrelada às lutas desses grupos sociais que participam do museu, também é uma tônica constante nos trabalhos desenvolvidos. Na sua exposição itinerante que circula pelos bairros e comunidades abrangidos pelo museu (imagem 10), a ideia de referência cultural está aliada à concepção de territorialidade, numa perspectiva de que as nossas memórias e identidades culturais estão inseridas num espaço político e de lutas sociais. Novamente nos reportando a Jourdan e Siqueira Neto, assim esses autores descrevem a concepção da exposição:

No primeiro nível, a exposição trabalhou com as ideias de territorialização das referências culturais trabalhadas pelos agentes culturais. A ideia de território foi propositalmente selecionada para politizar as questões pelos quais essas referências culturais têm passado, além de servir como importante suporte das lutas sociais locais de cada grupo e suas comunidades. A ideia de território foi envolvida em textos e imagens que proporcionaram aos visitantes um interessante jogo temporal: o passado, o presente e o futuro das comunidades (SIQUEIRA NETO; JOURDAN, 2015, p. 25).

6 MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS – MEMÓRIAS E LUTAS NA E PELA TERRA

A história das Ligas Camponesas no Brasil, e especificamente na Paraíba, é marcada por insurgências e movimentos contra uma ordem estabelecida e de enfrentamento a uma oligarquia agrária, esta baseada em uma lógica capitalista de exploração e dominação de grupos camponeses subalternizados. Elas se constituem como um dos movimentos sociais mais representativos do século XX no Brasil, por sua força, persistência e pelos embates travados na luta pela reforma agrária e direto à terra para camponeses e camponesas, na contramão de uma agricultura predatória centrada no poder de uma elite latifundiária. Apesar das inúmeras adversidades, as Ligas Camponesas chegaram a desempenhar importante papel entre meados das décadas de 1950 e 1960, na criação de uma certa consciência nacional em torno da reforma agrária (MORAIS, 2006).

São também um movimento nacionalmente conhecido em função da sua forma de organização expressa na resistência desses camponeses e camponesas, cujas trajetórias de vida são marcadas por um sistema de exploração, perseguição e estigmatização, mas que se sobressaem como protagonistas de um denso legado de luta por cidadania, pelos direitos sociais básicos e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essas lutas, ora intensificadas ora desmobilizadas a depender dos seus contextos sócio-históricos, são ressignificadas e performatizadas em memórias coletivas, cuja principal referência na Paraíba, e quiçá no Brasil, está constituída no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC).

Atualmente, a sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas está instalada na casa onde viveram Elizabeth e João Pedro Teixeira com seus filhos, na comunidade tradicional de Barra de Antas, zona rural da cidade de Sapé/PB, a aproximadamente 60km da capital paraibana. Elizabeth Teixeira é figura ícone das ligas camponesas e viúva de João Pedro Teixeira. Ele foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé, tendo sido assassinado em 1962, numa emboscada organizada por usineiros do Grupo da

Várzea. A história de vida de Elizabeth Teixeira é marcada por tragédias, mas que não abalaram sua resistência ao regime de opressão aos povos do campo. Por ter assumido o lugar do marido na luta, Elizabeth chegou a ser presa, perseguida e entrou na lista das mais procuradas durante o regime da ditadura militar no Brasil. Fugiu, levando apenas um dos seus onze filhos, e viveu clandestinamente durante 17 anos, assumindo o nome falso de Marta Maria da Costa (ALVES, 2014). A visitação ao Memorial não se restringe ao espaço da casa, mas também aos hectares em seu retorno, onde são desenvolvidas ações voltadas para a agroecologia e tecnologias sociais de agricultura de subsistência para os moradores locais.

O MLLC foi criado oficialmente no ano de 2006, mas já vinha sendo germinado em anos anteriores por movimentos e grupos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, camponeses de assentamentos e de comunidades da região, entre outros. Inicialmente, o museu era chamado apenas de Memorial das Ligas Camponesas. Seu nome foi modificado, acrescentando a palavra “Lutas”, para abarcar também as lutas sociais contemporâneas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas reivindicações atuais, considerando os novos contextos sócio-históricos. Trata-se de um museu que tem como premissas as bases da museologia social, entendida como uma “museologia que desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve” (TOLENTINO, 2016, p. 31-32).

Imagem 11: Elizabeth Teixeira, em frente ao MLLC, participando de ato em celebração dos mártires da terra (julho/2017)



Fonte: Acervo do MLLC

Em sua dissertação de mestrado sobre a história e a atuação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, Janicleide Alves (2014) explica que dois acontecimentos

foram fundamentais para a sua criação: o Seminário Memória Camponesa, realizado em abril de 2006, com a participação de líderes camponeses ainda vivos e de familiares dos mártires homenageados no evento; e o lançamento do livro *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar...*, organizado por Antonia Maria Van Ham (conhecida como Irmã Tony), integrante da Comissão Pastoral da Terra e uma grande articuladora atual das lutas dos povos do campo. Nesse livro, Irmã Tony publica a íntegra de entrevistas com agricultores e agricultoras que participaram e sobreviveram ao período das ligas camponesas.

Imagem 12: Visitação ao MLLC (2018)



Fonte: Acervo do MLLC

O trabalho com a afirmação da identidade cultural camponesa atrelado à preocupação com os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais com as comunidades com que atua, na perspectiva de uma museologia social ativa e voltada para a agroecologia, está na gênese da formação do Memorial. Janicleide Alves (2014) também demonstra o papel fundamental do MLLC no incentivo e na criação de condições para que jovens agricultores e agricultoras da comunidade de Barra de Antas e das redondezas pudessem participar do curso Técnico em Agroecologia promovido pelo Serviço de Tecnologias Alternativas (SERTA), em Ibimirim, Pernambuco. Tais ações tinham como finalidade evitar o êxodo rural e valorização do território, comprometendo-se com a permanência da família camponesa em seu local, onde tem suas próprias sociabilidades, modos de vida e relações com a terra.

Hoje o MLLC também conta com o Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira (Imagem 13). Esse Centro faz parte de uma das linhas de atuação do Memorial e onde são realizadas, entre outras atividades, aquelas voltadas para a formação em agroecologia e educação popular. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, é também no Centro onde se dá a Educação de Jovens e Adultos – EJA para moradores da comunidade de Barra de Antas e onde são realizadas formações continuadas para professoras e professores, voltadas para a educação do e no campo, educação popular e história e memória. O Centro também

visa oferecer cursos na área da agroecologia, economia solidária, produção orgânica, tecnologias sociais de baixo custo, entre outros, além de servir como espaço para atividades culturais que se relacionam com a temática dos povos do campo, a exemplo da celebração dos mártires da terra que aturam nas ligas camponesas.

Imagem 13: Roda de conversa sobre comunicação social, no Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira (jan/2020)



Fonte: Acervo do MLLC

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESPECIFICIDADES E ALINHAMENTOS DA MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA PARAIBANA

Certamente existem outras iniciativas de museologia social e comunitária na Paraíba, que precisam fazer parte de uma pesquisa mais aprofundada de modo a reconhecer a sua contribuição para a valorização e preservação das memórias e identidades de diferentes grupos sociais. De qualquer maneira, as experiências aqui descritas, considerando-as como *corpus* de uma realidade maior, nos permitem traçar algumas considerações e apontar algumas especificidades que caracterizam uma determinada museologia comunitária paraibana. Ademais, como microcosmos de nossa realidade local, também podem servir para traçar caminhos tomados pela museologia comunitária brasileira, em nível nacional.

Observamos que as experiências são relativamente recentes. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas teve sua fundação em 2006 e os demais museus foram criados na década de 2010. Isso pode ser um indício da influência das agendas públicas da Política Nacional de Museus – PNM, que tem promovido ações voltadas para a museologia social, embora nenhum museu paraibano tenha tido apoio direto do

Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Penhinha Teixeira, educadora social do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, expressou que o Museu da Maré, localizado no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, foi a grande inspiração para o museu em Gramame (TOLENTINO; FRANCH, 2017). O Museu da Maré é considerado um marco e uma das maiores referências da museologia social no Brasil, tendo sido o primeiro ponto de memória apoiado pela PNM, ainda no ano de 2006³.

Também como uma característica comum a todas as experiências, podemos apontar o envolvimento ativo e o protagonismo de diferentes atores sociais nos processos de musealização das memórias coletivas de grupos com histórico de subalternização ou invisibilização nas políticas de preservação da memória nacional ou estadual. Movimentos sociais, pesquisadores, ativistas culturais e até mesmo representantes de determinados órgãos do poder público se envolvem ou apoiam, de diferentes formas, nas ações aqui descritas. Isso inclusive impacta na questão da manutenção e sustentabilidade desses museus, haja vista que todos eles dependem, de uma certa maneira, do apoio do poder público ou de instituições não estatais na realização de suas ações, seja por meio do financiamento de projetos via incentivo fiscal, emendas parlamentares, editais de apoio ao setor cultural ou recursos diretos de secretarias estaduais ou de fundações municipais de cultura.

Entretanto, é a atuação e a participação ativa da comunidade onde essas experiências estão inseridas que garantem a sua continuidade e o necessário grau de pertencimento às narrativas de memórias coletivas performatizadas nesses museus. Uma contribuição também nesse sentido é o fato de que as memórias coletivas apropriadas nesses espaços buscam se dar em primeira pessoa, ou seja, não são museus que descrevem “o outro” ou uma outra cultura. São construções, reelaborações ou ressignificações de identidades e memórias coletivas a partir da vivência e do olhar dos próprios grupos e comunidades que participam dos processos de musealização de suas referências culturais. Como nos disse Brulon (2014), são um instrumento ou *performance* de autoconhecimento desses grupos. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja conflitos nos processos de musealização, mas parte-se do princípio de que a configuração de memórias coletivas está inserida num cenário de disputas e relações de poder.

Como uma característica peculiar na museologia comunitária paraibana, podemos destacar que todos os casos se dão em zonas rurais, mesmo que tenham também atuação em zonas urbanas, a exemplo do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. No Brasil, de uma forma geral, embora existam casos onde também encontramos uma forte museologia comunitária rural, a exemplo da região Norte e dos Estados de Pernambuco e Ceará com sua vasta experiência com museus indígenas, grande parte dos museus comunitários se dá nas periferias ou nos grandes centros urbanos.

³ O Museu da Maré é uma iniciativa do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm, formada por moradores e ex-moradores do complexo de favelas da Maré/RJ. Em sua criação, teve apoio do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan (precursor do Ibram) e foi um dos pontos de cultura selecionados pelo antigo Programa Cultura Viva, da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do então Ministério da Cultura. O caso do Museu da Maré tornou-se uma referência para a implantação do Programa Pontos de Memória no âmbito do Ibram (TOLENTINO; FRANCH, 2017).

Os museus aqui descritos também apontam para um fazer museal já amplamente experienciado e debatido pela museologia social e comunitária em diferentes lugares. As instituições museais não estão e nem podem estar delimitadas às suas paredes, assim como a concepção de seus acervos não se restringe a objetos tridimensionais ou da cultura material. Pelo contrário, os casos relatados confirmam que a potencialidade da atuação do museu não se limita à sua coleção física e que suas ações podem expandir-se e extrapolar-se ao território onde está inserido. O museu tem sentido na medida em que está organicamente relacionado ao seu território, bem como ao levar em conta que os processos de musealização estejam atrelados às demandas da sociedade e da comunidade a que serve. Atuam, portanto, na perspectiva do patrimônio integral, segundo os preceitos já destacados na Mesa Redonda de Santiago do Chile.

Por fim, os processos de musealização nessas experiências são resultado de um jogo social onde a conformação de memórias coletivas é politizada, ou seja, é a memóriação atrelada às demandas e lutas sociais de grupos subalternizados, mas insurgentes. O processo de memóriação presente na museologia comunitária paraibana consiste no apoderamento da instituição museu por tais grupos como uma ferramenta de valorização de suas identidades e referências culturais, mas também como uma arma política e estética contra as opressões e injustiças sociais por que passam as comunidades e os territórios onde vivem. Como destacaram Tereza Lersch e Cuauhtémoc Ocampo (2004), tais grupos se apropriam de uma instituição forjada e concebida para as elites político-econômicas para afirmar e legitimar seus próprios valores e identidades culturais. A memóriação, portanto, fundamenta-se na a politização das memórias, que engendra as lutas sociais de grupos subalternizados e insurgentes, nas fissuras possíveis dentro das relações de poder e disputas que permeiam a conformação das memórias coletivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Bases para a Política Nacional de Museus**: Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003.

BRULON, Bruno. Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. **Revista Brasileira de Museus e Museologia - Musas**, n. 6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014, p. 28-45.

CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. (2014). Museologia social em movimento. *Museologia Social. Cadernos do Ceom*, Chapecó, Ano 27, nº 41. p. 429-436.

CHAGAS, Mario. GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In *Museologia Social. Cadernos do Ceom*. Ano 27, nº 41, 2014, p 9-22.

COSTA, Robson X. da. Feito à mão: Museu do Quilombo do Ipiranga, Conde, Paraíba, Brasil, como patrimônio comunitário. In: **Museologia e Patrimônio** – Volume 8. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2021, p 331-345.

DECARLI, Georgina. Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos. **Revista ABRA de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional**, Costa Rica, jul./dez. 2013.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios básico de uma Nova Museologia (1984). **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, p. 223-225, 1999.

LERSCH, Teresa Morales. OCAMP, Cuauhtémoc C. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?*. In: CONFERENCIA NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE ARTES Y CULTURA LATINAS, Kansas City, Missouri, outubro, 2004.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. Museus, desenvolvimento e emancipação: o paradoxo do discurso emancipatório e desenvolvimentista na (Nova) Museologia. In **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. v. 7, n 02, p. 85-106, 2014.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. In STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOUTINHO, Mário C. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 7-9, 2003.

MOUTINHO, Mário C. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. In *Museologia Social. Cadernos do Ceom*. Ano 27, n. 41., p. 423-427, 2014.

NASCIMENTO, Ana Lucia do. (Mestra Ana). *[Entrevista]* 2014. Entrevista concedida em 20 nov. 2014, na cidade do Conde /PB.

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais (org.). **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 15, n. 15, 1999.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Sociais,

Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: 2018.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humana, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr./2012.

SIQUEIRA NETO, Moysé M. de; JOURDAN, Laetitia V. Perspectivas e práticas do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 49, n. 5., p. 7-28, 2015.

SOTO, Moana Campos. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma coleção museal a serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 48, n. 4. P. 57-81, 2014.

TOLENTINO, Átila B.; FRANCH, Mónica. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

TOLENTINO, Átila B. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 8., p. 21-44, 2016.

VARINE, Hugues. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Icom/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado da Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p 38-42.

VARINE, Hugues. Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. *Museologia Social*. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, Ano 27, n. 41, p 239-248, 2014.

***Social and Community Museology in Paraíba:
memorization, struggles and resistances***

Abstract

This article presents cases and initiatives of community museums in Paraíba-Brazil, outlining their specificities and how the configuration of collective memories of historically subordinated social groups is linked to their struggles, demands and resistances. To do so, it starts with a brief setting of the debate around social museology and what a community museum consists of. Then, the experiences of the Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, the Museu Quilombola do Ipiranga, the Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa and the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas are described. It is argued that these are exemplary cases of community museology in the State of Paraíba, given that its musealization processes are strongly linked to social struggles and demands, as well as to the preservation of the memory of historically subordinated and invisible groups and communities in institutional mechanisms of an official memory. From the thinking of social psychologist Ecléa Bosi, it is

understood that community museums in Paraíba work with “memoriaction”, taking into account the junction of the words memory + action, in the sense that memory is work, therefore, it is active, acts and interferes in the processes of representations at all times in the present, including the struggles and anxieties of different social groups.

Keywords: *Community museum; Social museology; Memory.*

Artigo recebido em 05/07/2022. Aceito para publicação em 04/12/2022.